

**Universidade Brasil  
Curso de Pedagogia  
Campus Descalvado**

**GISLAINE JAQUELINE ALVES DA SILVA**

**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFESSOR DA CRECHE**

**TRAINING AND PERFORMANCE OF THE TEACHER IN DAY CARE**

**Descalvado, SP**

**2017**

Gislaine Jaqueline Alves da Silva

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFESSOR DA CRECHE

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Esp. Rosa Maria Gasparini Nazar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Brasil, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Descalvado, SP

2017

Autorizo, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste TCC, por processos xerográficos ou eletrônicos.

S58f Silva, Gislaine Jaqueline Alves da  
Formação e atuação do professor da creche / Gislaine  
Jaqueline Alves da Silva. – Descalvado: [s.n.], 2017.  
51f. : il. ; 29,5cm.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso  
de Graduação em Pedagogia da Universidade Brasil, como  
complementação dos créditos necessários para obtenção  
do título de Graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Esp. Rosa Maria Gasparini Nazar

1. Professor. 2. Creche. 3. Desenvolvimento infantil.
4. Formação inicial e atuação. I. Título.

CDD 362.712

Assinatura do aluno:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Universidade Brasil  
Curso de Pedagogia  
Campus Descalvado

## **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

### **Formação e atuação do professor da creche**

Autora: Gislaine Jaqueline Alves da Silva

Orientador: Rosa Maria Gasparini Nazar

Esta monografia atendeu aos critérios de avaliação estabelecidos, sendo considerada suficiente para a obtenção do diploma do curso de Pedagogia pela Universidade Brasil.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Rosa Maria Gasparini Nazar

---

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Nilce Helene Poiatti Danaga

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Fernanda Garcia Scrocchio Lourenção

Descalvado, SP

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Dedico este trabalho a minha família, especialmente ao meu marido Diego que tanto me apoiou na conclusão do mesmo. Também dedico as crianças que cuido como monitora de creche na rede de ensino da Prefeitura Municipal de Descalvado.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida, por ter me dado saúde, proteção e coragem para enfrentar as minhas dificuldades e conseguir chegar até aqui, pois ele me sustentou em momentos de insegurança e ansiedade iluminando o meu caminho e mostrou que sou capaz.

Aos meus professores da Universidade Brasil, a Prof.<sup>a</sup> Fernanda Garcia Scrocchio Lourenção, a Prof.<sup>a</sup> Márcia Maria de Oliveira Tessarin, ao Prof. Marco Antonio Pratta, a Prof.<sup>a</sup> Nilce Helene Poiatti Danaga e a Prof.<sup>a</sup> Rosa Maria Gasparini Nazar. Agradeço a todos pela paciência, pela dedicação e por todos os ensinamentos transferidos ao longo do curso, que tanto contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal.

Agradeço, a minha família em especial ao meu marido Diego Rodrigues dos Santos, pela paciência nos meus momentos de ausência, e por sempre me apoiar e me incentivar nos momentos difíceis e compartilhar esse caminho comigo.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“Eduque as crianças, para que não seja necessário punir os adultos”

**Pitágoras**

## FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFESSOR DA CRECHE

### RESUMO

Esta pesquisa pretende descrever os aspectos históricos e educacionais para melhor compreensão do surgimento da creche, além de discutir a formação inicial e a atuação do professor para contribuição do desenvolvimento infantil na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, bem como, analisar o planejamento, a avaliação e sua função dentro da educação infantil. Assim, elucidar o papel do professor na formação da criança nesta faixa etária que é de grande importância e se constitui no foco do desenvolvimento deste trabalho, buscando esclarecer tais objetivos para a formação adequada de crianças que frequentam o ambiente da creche. Hoje a creche, é considerada a primeira etapa da educação básica, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, tem como principal função o educar e o cuidar, ambos trabalhados em conjunto para o crescimento integral das crianças. Assim sendo, a atuação do professor na creche para contribuição na formação de crianças de 0 a 3 anos, é de extrema importância para a o desenvolvimento infantil, pois o crescimento acontece por meio de avanços e retrocessos e cada criança progride de acordo com o seu processo individual de aprendizagem. A justificativa para escolha dessa temática a ser pesquisada, deu-se pelas vivências da pesquisadora nesta etapa de ensino, portanto nessa perspectiva, tem-se a intenção de expor para a sociedade, a real relevância dessa fase de escolarização e destacar que todos os aspectos, os estímulos, são bases para que a criança tenha um progresso significativo que consequentemente refletirá na vida futura. A pesquisa será bibliográfica, do tipo descritiva, com uma abordagem qualitativa, ou seja, pretende-se no decorrer do trabalho analisar, registrar e comparar os referenciais teóricos disponíveis em livros de autores renomados, na legislação pertinente, sites acadêmicos e artigos científicos, com o propósito de contribuir para reflexão e compreensão da mesma.

**Palavras-chaves:** professor, creche, desenvolvimento infantil, formação inicial e atuação.

## **TRAINING AND PERFORMANCE OF THE TEACHER IN DAY CARE**

### **ABSTRACT**

This research intends to discuss the historical and educational aspects for a better comprehension of the emergence of day care, furthermore it will be discussed the initial formation and acting of the teacher for the contribution of childish development in the age group 0 to 3 years old, as well as to analyze the planning and evaluation and its functions within childish education. Thus, clarify the role of the teacher in kids development in this age group is vital and constitutes in the focus of this job's advancement, searching to clarify these aims for children that attend to day care environment proper formation. Today, kindergarten is considered the first stage of basic education, regulated by the Law of Guidelines and Bases of National Education of 1996, it has as its main function to educate and care, and both are worked together for the integral development of children. Therefore, teacher's performance for childish development is vital in day care to contribute in the formation of kids from 0 to 3 years old, because this growth happens through advances and setbacks and each kid grows according to his/her own learning process. The justification for the choice of this theme to be researched is due to experiences of the researcher in this teaching stage, therefore, in this perspective, there is the intention to expose to society the true relevance of this schooling phase and highlight all of the aspects, the stimuli, are bases for the child to have a significant progress which will consequently reflect on his/her future life. The research will be bibliographical, in a descriptive way with a qualitative approach, that is, it is intended, during the research, to analyze, register and compare the theoretical references available in books of renowned authors, in pertinent legislation, academic sites and scientific articles with the aim of contributing to its reflection and understanding.

**Key-words:** teacher, day care, child development, initial formation and performance.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 .....	12
BREVES CONCEPÇÕES: TRAJETÓRIA DA CRECHE NA EUROPA .....	12
1.1 Surgimento da creche no Brasil .....	14
1.2 Mudanças na creche pós Constituição Federal de 1988 .....	19
CAPÍTULO 2 .....	22
FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE CRECHE .....	22
2.1 Atuação docente e as contribuições para o desenvolvimento infantil .....	26
2.2 Novas diretrizes pedagógicas: Base Nacional Comum Curricular .....	30
CAPÍTULO 3 .....	33
DOCÊNCIA NA CRECHE: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO .....	33
3.1 Planejamento na creche: algumas considerações.....	35
3.2 Instrumentos avaliativos: algumas observações .....	38
3.2.1 Avaliação na educação infantil .....	40
3.3.2 Avaliação na primeiríssima infância: um olhar peculiar.....	42
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS .....	47
BIBLIOGRAFIA .....	51

## INTRODUÇÃO

A atuação do professor na creche para contribuição na formação de crianças de 0 a 3 anos, é de extrema importância para o desenvolvimento infantil, pois o crescimento acontece por meio de avanços e cada criança progride de acordo com o seu processo individual de aprendizagem, pois, essa fase da vida é um cenário propício para uma vasta aquisição de conhecimento, pois o cérebro infantil está em constante desenvolvimento.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo descrever os aspectos históricos e educacionais para melhor compreensão do surgimento da creche, além de discutir a formação inicial e a atuação do professor para contribuição do desenvolvimento infantil na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, bem como, analisar o planejamento e a avaliação e sua função dentro da educação infantil. Assim, elucidar o papel do professor na formação da criança nesta faixa etária é de grande importância e se constitui no foco do desenvolvimento deste trabalho, buscando esclarecer tais objetivos para a formação adequada de crianças que frequentam o ambiente da creche.

Desta maneira, verifica-se que a atuação deste profissional da creche sofreu inúmeras transformações desde o seu surgimento até os dias atuais, deslocando-se do assistencialismo para um ambiente educacional, entretanto essa etapa de ensino se tornou parte da educação básica, somente com a Lei n.9394/96 que no seu artigo 21, inciso I orienta “A educação escolar compõe-se de: educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” (BRASIL, 1996, p. 16). Nesse sentido, a creche foi incorporada à primeira etapa da educação básica, destinada ao atendimento de crianças objetivando como papel fundamental, além do cuidar, também o educar, ambos trabalhando para o desenvolvimento da criança.

A fase do nascimento até os 3 anos de vida é muito importante, pois é nessa etapa da vida que o indivíduo irá absorver tudo que acontece ao seu redor, tanto aspectos positivos, como negativos, por isso se faz necessário a atuação do professor como mediador no processo ensino/aprendizagem, visto que todos os ensinamentos passados a uma criança refletirá diretamente na sua vida adulta.

Diante disso, a justificativa para escolha dessa temática a ser pesquisada ocorreu pelas vivências que foram presenciadas, pois ainda se tem uma concepção equivocada e advinda de um conceito histórico de que a creche é um espaço destinado somente ao cuidar, porém, a creche constitui-se em um ambiente de cuidados e também de ensino.

Para tanto, o presente trabalho, se configura numa pesquisa bibliográfica, do tipo descritiva cuja abordagem será qualitativa. Segundo TERENCE e FILHO (2006) a abordagem qualitativa faz uma reflexão na tentativa de compreender os fenômenos que estuda, sem se preocupar com questões numéricas. Esta modalidade de pesquisa se caracteriza por fazer uma leitura e um levantamento através de registros disponíveis, de pesquisas anteriores os quais forem pertinentes a temática proposta.

A análise dos referenciais teóricos busca garantir a interação entre o pesquisador e o objeto de estudo, sendo considerado, portanto, um elemento na formulação teórica. Em relação ao método de estudo se define de natureza descritiva na intenção de observar, registrar e analisar fazendo relação com os fatos e os fenômenos sem manipulação do pesquisador. Dessa forma, para melhor atender aos objetivos propostos, este tipo de pesquisa se torna satisfatória, a fim de comprovar o propósito apresentado no decorrer do trabalho.

Primeiramente se fará a seleção dos referenciais teóricos relativos a temática em questão e após, a leitura e fichamento de livros, teses, dissertações, dentre outros materiais disponíveis para auxiliar o desenvolvimento e organização dos conceitos envolvidos na pesquisa. Assim sendo, o estudo será elaborado em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo pretende-se descrever os aspectos históricos e educacionais para melhor compreender o surgimento da creche, nestes será feito um breve relato dos aspectos históricos europeus, e elencar de maneira mais aprofundada o surgimento da mesma no Brasil. O segundo capítulo abará o título da pesquisa e sua proposta será a de discutir a formação inicial e atuação desse profissional para contribuição do desenvolvimento infantil na faixa etária de 0 a 3 anos de idade. Por fim, o terceiro capítulo terá como objetivo, a análise do planejamento e da avaliação e sua função dentro da educação infantil.

Este trabalho tem grande relevância social, pois, possibilitará o entendimento sobre o surgimento da creche, visto que, atualmente, ainda se tem um conhecimento limitado quanto a importância desse ambiente de ensino para formação da criança nos aspectos: cognitivo, motor, emocional e social. Esse olhar equivocado advém da concepção histórica de que a creche é destinada ao assistencialismo; nesse sentido, se faz necessário que a pesquisa demonstre que essa instituição é um local de estímulos, incentivo, de cuidados essenciais para formação da criança.

Assim, essa pesquisa tem grande contribuição científica, pois, o estudo colaborará na formação de futuros educadores que pretendam atuar com crianças de 0 a 3 anos de idade, além de auxiliar aos profissionais que já atuam na área, na compreensão e nas melhorias que o professor pode fazer para esse crescimento.

## CAPÍTULO 1

### BREVES CONCEPÇÕES: TRAJETÓRIA DA CRECHE NA EUROPA

A creche é um ambiente destinado ao atendimento de crianças pequenas que passou por diversas transformações ao longo do seu surgimento. Hoje destinada ao atendimento educacional infantil, ressalta-se a importância de conhecer o começo de sua história, assim elenca o seu nascimento na Europa.

O período da crescente urbanização e da expansão industrial foi marcado pela inserção da mulher no mercado de trabalho, e também por uma modificação de como as famílias cuidavam e educavam seus filhos. A partir da Revolução Industrial, os núcleos familiares menos favorecidos passaram a migrar do campo para os centros urbanos. Dessa forma, foi necessário a contratação de mão de obra feminina para trabalhar nas fábricas. Porém, segundo DIDONET (2001) os homens e as crianças maiores também trabalhavam nas indústrias e as crianças menores ficavam em casa, sem ninguém para poder cuidá-las.

Devido a esse contexto, as mulheres precisavam encontrar alguém com quem pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam, por isso, em um primeiro momento elas utilizavam o trabalho das mães mercenárias, que eram mulheres que vendiam seu serviço conforme bem esclarece.

O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas, ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 80).

A partir de então, ou os pais utilizavam o trabalho dessas mães conhecidas como mercenárias<sup>1</sup>, ou deixavam seus filhos pequenos sozinhos em casa, o que foi motivo para o aumento da desnutrição e de muitos outros acidentes com essas crianças, conseqüentemente aumentou a mortalidade infantil, assim trazendo uma nova visão por parte dos religiosos, empresários e educadores em relação a infância (DIDONET, 2001).

Portanto, as mulheres que até então ficavam em casa, começaram a trabalhar fora para complementar a renda familiar, assim surgiram as primeiras creches de cunho totalmente assistencialista, com os cuidados essenciais para a permanência das crianças nessa instituição.

---

<sup>1</sup> Mulheres que não trabalhavam nas fábricas e vendiam seus serviços para abrigar e cuidar dos filhos de outras mulheres.

Foi com o caráter filantrópico e de caridade, que as questões de atendimento das crianças menores passaram a ser revistas, pois antes da Revolução Industrial os cuidados do bebê era tarefa da mãe e de outros familiares que não trabalhavam. Assim, de maneira mais formal, foram criados locais para o atendimento das crianças fora do ambiente familiar.

No período da Revolução Industrial, uma das primeiras instituições criadas para o atendimento das crianças de dois e três anos de idade surgiram na Inglaterra<sup>2</sup>, França e demais países europeus.

Assim, Oliveira (2002, p. 60) destaca que as creches não tinham uma proposta formal de educação, mas realizava algumas atividades, como bem observado no trecho:

[...] Não tinham uma proposta institucional formal, embora logo passassem a adotar atividades de canto, de memorização de rezas ou passagens bíblicas e alguns exercícios do que poderia ser uma pré-escrita ou pré-leitura. Tais atividades voltavam-se para o desenvolvimento de bons hábitos de comportamento, a internalização de regras morais e de valores religiosos, além da promoção de rudimentos de instrução.

Ainda, nessa perspectiva, o empresário Robert Owen<sup>3</sup> criou em 1816 na cidade de New Lanark na Escócia, uma creche para os filhos de seus funcionários, cuja a crença era que a educação era uma forma de preparar os cidadãos para uma sociedade socialista.

Nesse mesmo contexto Paschoal e Machado evidenciam que:

[...] é um exemplo de que essas instituições foram pensadas na perspectiva pedagógica, já que sua escola recebia crianças de dezoito meses até vinte cinco anos de idade e tinha como objetivo trabalhar lições que abordavam a natureza, exercícios de dança e de canto coral. Os materiais didáticos tinham um propósito educativo, porque possibilitavam às crianças o desenvolvimento do raciocínio e o julgamento correto diante das situações propostas pelo professor (2009, p. 82).

Em 1828, foi fundado na província de Cremona na Itália o primeiro asilo<sup>4</sup> infantil criado pelo padre Ferranti Aporti que acolhia filhos de famílias mais abastadas opondo-se as creches de custódia<sup>5</sup> inicialmente criadas. Aporti acreditava que era necessário ensinar algo a essas crianças e assim propôs atividades de ensino religioso, trabalhos manuais, rudimentos de leitura, escrita e contagem. Os asilos atendiam filhos de famílias ricas, enquanto as creches eram destinadas aos cuidados do filho da mãe trabalhadora. O padre acreditava que a primeira

<sup>2</sup> Crianças pobres de dois e três anos eram incluídas nas charity schools ou dame schools ou écoles petites então criadas na Inglaterra (Oliveira, 2002, p. 61)

<sup>3</sup> Pioneiro da educação infantil, nasceu no dia 14 de maio de 1771 em Newtown, Montgomeryshire (País de Gales), e faleceu na mesma localidade em 17 de novembro de 1858. Industrial manufactureiro, reformador social, educador e socialista utópico britânico.

<sup>4</sup> Local destinado ao abrigo e ensinamento de crianças filhas de famílias ricas.

<sup>5</sup> Ambiente assistencialista que visava apenas cuidar dos filhos das mães trabalhadoras.

fase da infância deveria ser instruída e não apenas algo voltado para a proteção dos pequenos (OLIVEIRA, 2002).

Entretanto, evidencia-se que o surgimento da creche partiu do princípio de atender os filhos das operárias como destaca DIDONET (2001), quando o assunto é referencial histórico sobre esta instituição, vários autores são unânimes em destacar que as primeiras creches surgiram para acolher as crianças pequenas enquanto as mães estavam trabalhando, uma origem do trinômio mulher-trabalho-criança. Entretanto, importa destacar que as primeiras instituições tinham uma concepção meramente assistencialista.

Ante o exposto e buscando atender as necessidades da sociedade proletária brasileira, a instituição creche chega ao Brasil na metade do século XIX. Dessa forma, posteriormente ressalta-se a importância de conhecer e compreender o surgimento da mesma no país, afim de destacar os aspectos históricos e educacionais desse estabelecimento de ensino e o que ocorreu após Constituição Federal de 1988 nos termos da legislação, ambiente esse que garante a educação e o cuidado essencial para o desenvolvimento integral infantil.

### **1.1 Surgimento da creche no Brasil**

A creche surgiu no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX nos mesmos moldes do restante do mundo, com a finalidade de atender as mulheres operárias enquanto as mesmas trabalhavam. Porém, segundo DIDONET (2001) outro fator preponderante que acentuava o surgimento da creche no Brasil era o acolhimento de crianças abandonadas, órfãs e filhas de mães solteiras.

As primeiras creches brasileiras tinham um cunho totalmente assistencialista e de proteção à criança, não dando nenhuma importância aos aspectos educacionais que contribuíssem para o desenvolvimento significativo das mesmas. Essas creches tinham a finalidade de acolher as crianças para proporcionar alimentação, cuidados com a higiene e segurança física.

No século XIX, existia uma grande diferenciação quanto ao acolhimento de crianças da zona rural e urbana. Neste período, as crianças pequenas da zona rural eram resguardadas por famílias de fazendeiros que zelavam por grande número de crianças órfãs e abandonadas, já no ambiente urbano, os filhos de mães solteiras eram acolhidos pela Roda dos Expostos, que em muitas cidades existia desde o começo do século XVIII (OLIVEIRA, 2002).

A Roda dos Expostos<sup>6</sup> era um mecanismo que recebia as crianças abandonadas, que vivia em situações de extrema pobreza, assim sendo, as mesmas eram encaminhadas para adoção ou atendimento em instituições de caridade.

Conforme Donzelot *apud* Didonet esclarece:

A "Roda dos Expostos" das Santas Casas de Misericórdia, as "Casas da Roda" ou a "Casa dos Expostos" recolhiam crianças que os pais não queriam, filhos de mães solteiras, de "mulheres de má conduta", abandonadas. Famílias que viviam em extrema pobreza e de escravos também usavam desse expediente na esperança de que seus filhos, adulados por alguma família com posses, recebessem boa educação. Essas casas encaminhavam as crianças para adoção ou atendimento em instituições caritativas (DONZELOT, 1980, p.27-33 *apud* DIDONET, 2001, p.12).

A Roda dos Expostos, sempre foi considerada um mal necessário, pois neste período era a única maneira de acolhimento de crianças órfãs e abandonadas, no qual não se tinham um outro local de custódia para as mesmas. Entretanto, um dos maiores problemas estava relacionado a questão da mortalidade infantil, sendo substituída posteriormente pelas creches, através de reivindicações trabalhistas.

Destarte, a questão de acolher os filhos das operárias em um ambiente específico, só passou a ser repensada no início do século XX, visto que nesta época, muitos imigrantes europeus adentraram no Brasil, a partir do final do século XIX, e foram contratados pelas indústrias brasileiras; além do que, após chegarem estes se organizaram e reivindicaram através de protestos melhores condições de trabalhistas, como adequação na jornada de trabalho, melhoria salarial e creche para atender os seus filhos enquanto trabalhavam. Diante disso, os patrões foram disponibilizando alguns benefícios.

Os empresários passaram então a observar que com seus funcionários mais satisfeitos, o rendimento do trabalho seria melhor, conforme “O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creche ou escolas maternais, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso: Mais satisfeitas, as mães produziam melhor” (OLIVEIRA et al., 1992, p.18).

Quanto a infraestrutura, a maioria das creches existentes eram espaços anexos as fábricas, sendo que as demais ficavam sob a responsabilidade das entidades filantrópicas;

---

<sup>6</sup> Uma caixa dupla de formato cilíndrico, com a janela aberta para o lado externo, um espaço dentro da caixa recebia a criança após rodar o cilindro para o interior dos muros, desaparecendo assim a criança aos olhos externos; dentro da edificação a criança era recolhida, cuidada e criada até se fazer independente. Disponível em: <http://www.santacasas.org.br/portal/site/quemsomos/museu/pub/10956/a-roda-dos-expostos-1825-1961> Acesso em: 29 mar. 2017

instituições sem fins lucrativos que obtiveram a colaboração de famílias mais abastadas e órgãos governamentais. Nesse sentido:

[...] Para atrair e reter a força de trabalho, fundaram vilas operárias, clubes esportivos e também algumas creches e escolas maternas para os filhos de operários em cidade como Rio de Janeiro<sup>7</sup>, São Paulo e várias outras no interior de Minas Gerais e no norte do país, iniciativas que foram sendo seguidas timidamente por outros operários (OLIVEIRA, 2002, p. 96).

Percebe-se então que o atendimento em creche somente ocorreu através de reivindicações sociais por melhores condições de trabalho, uma instituição de cunho totalmente assistencialista que visava dar respaldos as mães trabalhadoras; unicamente, através dos protestos que permitiram ao poder público pensar em legislações que orientasse a educação infantil.

Assim, deduz-se que muito timidamente as creches, foram criadas no meio do século XIX e começo do século XX, e quanto as primeiras leis que permitiram melhorias no atendimento nas creches como Kuhlmann Jr. relata.

No estado de São Paulo, desde dezembro de 1920, a legislação previa a instalação de Escolas Maternas, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que oferecessem local e alimento para as crianças. As poucas empresas que se propunham a atender os filhos de suas trabalhadoras o faziam desde o berçário, ocupando-se também da instalação de creches [...] (2000, p. 8).

Por conseguinte, com o passar dos anos outras leis e espaços foram criados afim de atender a demanda de crianças em nível da creche. Nesse contexto, em 1922, no Rio de Janeiro foi criado o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que discutia assuntos como a educação e a higiene, dando destaque ao papel da mulher como protetora. Contudo, os centros urbanos não acompanharam a evolução industrial através da sua infraestrutura, pois não tinham condições básicas de higiene, como falta de saneamento básico e moradia. Devido ao grande número de mortalidade infantil, a creche foi defendida por médicos, sanitaristas preocupados com as condições relacionada a higiene da população de baixa renda, pois as infecções em crianças eram recorrentes.

Direcionado aos aspectos de higiene, voltado ao atendimento de crianças, foi criado em 1923, como assim destaca OLIVEIRA (2002, p. 99) “Outra iniciativa, de 1923, foi a fundação da Inspeção de Higiene Infantil, que em 1934, foi transformada em Diretoria de Proteção à

---

<sup>7</sup> Em 1889 foi inaugurada a creche da fábrica de tecido de Corcovado.

Maternidade e à Infância”. Consequentemente, a questão da higiene foi pautada na promoção de melhoria de vida, assim garantindo condições para a sobrevivência dessa criança. Nesse sentido,

O atendimento nas creches, vinculado à esfera médica e sanitária, objetivava nutrir as crianças, promover a saúde e difundir normas rígidas de higiene, associando à pobreza a falta de conhecimentos de puericultura e abafando qualquer relação com as questões econômicas e políticas do país (ANDRADE, 2010, p.12).

Dessa forma, a creche era vista como um mal necessário, pois a intenção dos governantes não era revirar a raiz do problema, que era a desigualdade econômica do país, mas sim propor formas de silenciar o transtorno. A creche era vista como um ambiente de assistência e de custódia, e aspectos voltado para o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças não eram valorizados (OLIVEIRA et al., 1992).

Na década de 40, foram criadas outras instituições no propósito de dar proteção e assistência às crianças e sua família: Departamento Nacional da Criança em 1940, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, e em 1941, o serviço de Assistência a Menores, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. No mesmo ano foi criada a LBA (Legião Brasileira de Assistência).

O Departamento Nacional da Criança (DNCr) em 1942 uniu os diferentes níveis de ensino em apenas um estabelecimento denominado a “Casa da criança”, cuja finalidade era atender crianças nas áreas da saúde e educação, além de passar noções agrícolas, desde da creche até o antigo primário.

Kuhlmann Jr. destaca esse estabelecimento, quando coloca que:

[...] Em 1942, o DNCr projeta uma instituição que reuniria todos os estabelecimentos em um só: a Casa da Criança. Em um grande prédio seriam agrupados a creche, a escola maternal, o jardim-de-infância, a escola primária, o parque infantil, o posto de puericultura e, possivelmente, um abrigo provisório para menores abandonados, além de um clube agrícola, para o ensino do uso da terra. Os médicos do DNCr não se ocuparam apenas da creche, mas de todo o sistema escolar, fazendo valer a presença da educação e da saúde no mesmo ministério, só desmembradas em 1953, quando o DNCr passa a integrar o Ministério da Saúde até o ano de 1970, quando é substituído pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil (KUHLMANN JR, 2000, p. 9).

Igualmente, as legislações subsequentes criadas, vieram no fim estabelecer melhores condições para que as mulheres continuassem o seu trabalho nas fábricas. Em 1943, no mandato do presidente Getúlio Vargas foi decretada uma lei que permitia que as empresas organizassem

berçários para que as operárias pudessem amamentar, porém, por falta de fiscalização do poder público, não houve o real cumprimento dessa regulamentação.

Assim sendo, a partir da década de 60 aconteceram mudanças no ambiente de trabalho, pois, com o avanço industrial ampliaram os números de mulheres da classe média inseridas no mercado de trabalho, como funcionárias públicas, professoras, trabalhadoras do comércio. Também devido à redução de espaços físicos urbanos benéficos com brinquedos, relacionado à grande investigação imobiliária, da exacerbação do trânsito, e a preocupação com a segurança pública foram indícios para uma crescente discussão sobre a creche (OLIVEIRA, 2002).

Importa destacar que em 1961, foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), n. 4024/61, no mandato do presidente João Goulart, e no que tange à faixa etária de crianças menores não estipulava nada voltado para a área educacional, apenas orientava no seu Artigo 23 “A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância” e no seu artigo 24 “As empresas que tenham a seu serviço, mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária” (BRASIL, 1961, [n.p.]).

As reflexões sobre a creche, revelam que as características do capitalismo impossibilitaram que a maior parcela da população tivesse condições de vida favoráveis. Desse modo, aflora o problema da marginalidade referente as camadas sociais mais pobres, portanto o atendimento de crianças pequenas em creche possibilitava vencer as precárias condições da sociedade, classificada como uma educação compensatória (OLIVEIRA et al., 1992).

Assim, percebe-se que esses foram os primeiros passos a serem pensados em relação a um ambiente destinado ao desenvolvimento das crianças, na defesa de uma creche destinada a estimulação cognitiva e na pré-escola algo voltado para a alfabetização, porém ainda existiam uma diferenciação quanto ao tratamento dado ao filho do rico e ao do pobre.

Com essa educação diferenciada, a autora salienta que:

Nem tudo era harmonioso nesse processo. Enquanto discursos compensatórios ou assistencialistas continuavam dominantes no trabalho nos parques que atendiam filhos de operária e nas creches que cuidavam das crianças de famílias de baixa renda, propostas de desenvolvimento afetivo e cognitivo para crianças eram adotadas pelo jardim de infância onde eram educadas as crianças de classe média (OLIVEIRA, 2002, p.110).

Em 1971, foi criada a segunda versão da LDB, através da Lei n. 5692/71, que depois de 10 anos da primeira, trouxe pouca ou nenhuma mudança no que diz respeito a educação infantil.

A referida lei informava no seu artigo 19, parágrafo 2º que “Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes” (BRASIL, 1971, [ n.p.]). Entretanto, nenhuma orientação que regulamentava a creche foi evidenciada.

No fim dos anos 70, complicaram-se os assuntos relacionados à creche, pois, devido à grande parcela das mulheres que trabalhavam para a subsistência de suas famílias, teve novos enfoques uma vez que a mesma passou a ser um direito do trabalhador e dever do Estado. Então aumentou o número de creche sustentada e administrada pelo poder públicos e o desdobramento de creche particulares associadas com as três esferas do governo: federal, estadual, municipal (OLIVEIRA, 2002).

Anterior ao período da Constituição Federal de 1988, políticas públicas foram feitas na intenção de incluir as creches no Plano Nacional de Desenvolvimento, criado em 1986. A creche deixou de ser vista como uma reivindicação das mulheres que trabalhavam e passou a ser de responsabilidade dos estados e das empresas.

Observa-se também, segundo Oliveira (2002), que este foi um período de grandes contestações por parte de educadores, acerca da finalidade da creche, e na tentativa de romper padrões já estabelecidos de assistencialismo, propor uma instituição pedagógica que destacasse o desenvolvimento da linguagem e do cognitivo infantil.

Assim sendo, ao longo do surgimento da creche no Brasil, esta teve várias vertentes, perpassou pelos moldes mais tradicionais, voltados ao atendimento na Roda dos Expostos, transpôs as reivindicações das operárias que lutavam por um local adequado para deixar os seus filhos enquanto trabalhavam, ficou praticamente esquecida no governo militar e enfim, ganhou novo enfoque entre tantos desafios enfrentados ao longo de sua história. O findar do século XX trouxe para a educação infantil, e em particular para creche, outra perspectiva educacional, quando na Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) lei n. 9394/96, passou a pertencer a primeira etapa da Educação Básica, deixando a concepção histórica do assistencialismo, e absorvendo a responsabilidade de cuidar e educar, de forma a contribuir para o desenvolvimento das crianças.

## **1.2 Mudanças na creche pós Constituição Federal de 1988**

Até a Constituição Federal de 1988, pouco foi feito no âmbito da educação infantil, mais especificamente na esfera da creche. As mudanças ocorridas até esta data foram voltadas a dar respaldos às mães enquanto as mesmas trabalhavam, conforme bem observado no tópico

anterior. Essa instituição estava até então vinculada ao assistencialismo e a custódia, advinda de concepções históricas, desde o seu surgimento.

Assim, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a creche passou a ser um dever do Estado, devendo ser gratuita aos filhos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros na perspectiva de ampliar a condição social dessa parcela da população (BRASIL, 1988).

Portanto, a Constituição Federal de 1988 foi um avanço para a sociedade civil, pois a criança passou a ser vista como um cidadão de direitos e reconheceu os direitos dos pais trabalhadores, destaca ainda, sua função educativa, pois, depois de anos de reivindicações trabalhistas, associada as fábricas ou a instituições filantrópicas, a creche foi um dever do poder público. Conforme destaca Oliveira (2002), quando coloca que, apesar da creche ser reconhecida como instituição educacional, permanecia ainda associada a ideia de favor e era excluída.

A década de 90 do século XX, foi importantíssima para a educação infantil, pois num primeiro momento com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pela Lei Federal n. 8.069 de julho de 1990, reafirmou os direitos adquiridos pela Constituição Federal de 1988. Na metade da mesma década, aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), pela Lei Federal n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu orientações gerais à educação brasileira em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino.

Anterior a LDBEN de 1996, pouca coisa foi feita no aspecto da creche como ambiente de ensino, pois, mesmo que timidamente algumas mudanças voltadas à educação infantil foram feitas, somente no apagar das luzes do século XX, momento em que a creche passou a fazer parte efetivamente da primeira etapa da educação básica, como uma instituição que visa o cuidar e o educar, ambos trabalhados em conjunto para o desenvolvimento da criança.

Assim a Lei n. 9394/96 destaca no seu artigo 21, inciso I que “A educação escolar compõe-se de: educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio”. Assim, este foi o auge para poder se pensar na parte educativa para esse nível de ensino, e num outro trecho, a referida lei informa no seu artigo 29 que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p. 16 e 21).

Nesse contexto, foram estipulados os aspectos a serem desenvolvidos na educação infantil, norteando o trabalho dos profissionais envolvidos com esse nível de ensino. A LDBEN/96 deixa algumas informações importantes quanto ao atendimento na creche, quando

destaca que a mesma é parte da educação básica, orienta quais aspectos devem ser desenvolvidos auxiliados pela família e comunidade, designa o poder público como responsável pelo oferecimento da creche e incumbe os municípios dessa responsabilidade, dentre as outras diretrizes que regulam a educação infantil.

Igualmente a importância dos instrumentos legais quanto a valorização da educação infantil, as diretrizes curriculares se fizeram presentes, sendo lançado em 1998 o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC). O documento em questão foi organizado em três volumes divididos em “Introdução”, “Formação pessoal e social” e “Conhecimento de mundo”; trazendo informações importantes acerca desta etapa de ensino e orientações aos profissionais que trabalham no desenvolvimento da criança de creche e pré-escola.

Posterior a criação dos RCNEI, em 2006, o MEC produziu os “Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil” divididos em dois volumes, com o objetivo de “[...] estabelecer padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil [...]” (BRASIL, 2006, p. 8).

Três anos depois, em 2009, foi instituído um documento relativo aos “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças”, trazendo informações relativas à organização e o funcionamento da unidade escolar dentre outros aspectos. Em 2010, também lançou-se pelo MEC as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil”, informando de maneira mais sucinta aspectos essenciais acerca da educação infantil.

Portanto, desde o seu surgimento até os dias atuais, muitas ações foram feitas no âmbito da educação infantil. A creche, foco desse trabalho, deixou de ser meramente assistencialista visando cuidados com a segurança física e alimentação, e passou a fazer parte do sistema educacional. Assim é importante destacar a atuação do profissional que trabalha nesta etapa de ensino e que contribui para o desenvolvimento da primeiríssima infância. O que os documentos legais e pedagógicos além de trazerem aspectos importantes do desenvolvimento infantil, auxiliam na formação e orientação deste profissional, visto que a creche hoje, é um ambiente voltado ao cuidar e educar, ambos inerentes a formação da criança.

Ante a essas considerações, o próximo capítulo trará informações pertinentes a formação inicial dos profissionais que atuam na faixa etária de 0 a 3 anos e de que forma podem contribuir para a formação da criança, propondo atividades condizentes com o processo de desenvolvimento infantil.

## CAPÍTULO 2

### FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE CRECHE

A atuação do profissional dentro da creche, historicamente é bastante pobre ou inexistente e a área de atuação é leiga e de dominância feminina, isso ocorreu devido a sua concepção de cunho voltado ao assistencialismo, por isso, foram contratadas pessoas sem a qualificação necessária (OLIVEIRA, 2002).

Nesse sentido, ao longo do seu surgimento a formação do profissional que se tem hoje no âmbito da creche passou por diversas transformações, desde o modelo higienista que defendia a formação de puericultores<sup>8</sup> ou berçaristas que deveriam ter conhecimento sobre o desenvolvimento físico da criança. Passando também pelo modelo recreacionista que alegava a importância de animadores culturais e profissionais que propusessem momentos de lazer. Hoje, tem-se o modelo escolar que defende a presença de professores polivalentes que interajam com os seus alunos no ambiente da educação infantil.

Diante disso, a partir do momento que a creche passou a fazer parte da educação básica, houve a necessidade de se repensar sobre a formação do profissional que atua no acolhimento de crianças de 0 a 3 anos. Mesmo depois dos percalços ocorridos ao longo da história do surgimento da creche, as leis deixam espaços vagos para possíveis interpretações.

Conforme a LDBEN n. 9394/96, informa no seu art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996, p. 35).

Portanto, segundo a legislação educacional atualmente é admitido para atuação na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, profissionais com formação em nível superior; entretanto, também é permitido que professores já atuantes, que tenham formação em nível médio na modalidade normal, continuem exercendo suas funções.

BRASIL (1998), apontava similarmente, em seu primeiro volume, a não existência de informações sobre os profissionais que trabalhavam na creche e pré-escola, sendo que dados<sup>9</sup> revelavam que os mesmos não possuíam formação apropriada, além de receber baixos salários.

---

<sup>8</sup> Ciência que visa a favorecer o desenvolvimento físico, mental e intelectual da criança. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Evanildo Bechara. Ed. Nova Fronteira, 2009.

<sup>9</sup> MEC/SEF/COEDI, 1994.

Nesse contexto, a formação do profissional da creche, esteve em pauta no primeiro Plano Nacional da Educação (PNE), do século XXI, a partir da lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Sendo este, um documento extremamente importante que orienta através do seu conteúdo quais são as metas e os objetivos que devem ser alcançados em determinado período de tempo.

Assim, o PNE de 2001 trouxe alguns objetivos e metas em relação a educação infantil, sendo que uma das orientações destacava sobre a formação dos profissionais desse nível de ensino. O documento informava ainda que era necessário através da colaboração da União, Estados e Municípios, estabelecer programas no âmbito nacional para capacitação desses trabalhadores da educação (UNESCO, 2001). Nessa mesma concepção, uma das metas propostas pelo PNE era que todos os professores tivessem habilitação específica em nível médio, e em 10 anos de vigência do plano 70% dos profissionais concluísse sua formação em nível superior.

Em contrapartida, em 2005 criou-se pelo Ministério da Educação e Cultura -MEC, o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil-PROINFANTIL. Esse programa estabeleceu uma parceria com os estados e municípios, na intenção de atender os profissionais que já atuam em sala de aula em níveis de creche e pré-escola e não possuem a formação mínima exigida por lei. O PROINFANTIL oferece curso em nível médio na modalidade normal, à distância com alguns encontros presenciais e atendem funcionários da rede pública e privada sem fins lucrativos, ou seja, entidades comunitárias, filantrópicas e confessionais.

Segundo o portal<sup>10</sup> do MEC podem ingressar nesse curso, professores com 18 anos ou mais, que tenham o nível fundamental completo e estejam lecionando há no mínimo 4 anos na educação infantil e permaneçam em exercício pelos 2 anos de curso. O currículo do curso é estruturado por seis áreas temáticas: Linguagens e Códigos, Identidade, Sociedade e Cultura, Matemática e Lógica, Vida e Natureza e Língua Estrangeira; as mesmas diretrizes curriculares para o ensino médio, além da formação pedagógica que contempla os Fundamentos da Educação (Fundamentos Sociofilosóficos, Psicologia e História da Educação e da Educação Infantil); Organização do Trabalho Pedagógico (Sistema Educacional Brasileiro, Bases Pedagógicas do Trabalho em Educação e Ação Docente na Educação Infantil).

Entretanto, atualmente existe o interesse por parte do poder público, que os profissionais de creche e pré-escolas tenham sua formação em nível superior, pois uma formação inicial de

---

<sup>10</sup> Site do Mec. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proinfantil/curriculo>>. Acesso em: 02 mar. 2017

qualidade requer que o profissional tenha uma bagagem teórica aliada com a prática, permitindo um professor competente para exercício pleno de sua função.

Porém, existe alguns impasses a serem ultrapassados, assim, OLIVEIRA evidencia:

A formação de educadores, no nível superior, para trabalhar em creches e pré-escolas tem sido cada vez mais destacadas na discussão da melhoria da qualidade do trabalho pedagógico nelas realizadas, mas não há, ainda, consenso. Enquanto alguns sustentam que apenas um nível mais elevado de exigências e de trabalho acadêmico pode possibilitar uma modificação do desempenho docente verificado na área, outros argumentam que tal elevação do nível de escolaridade requerido tornaria muito oneroso o atendimento por redes municipais as crianças até os 6 anos em creche e pré-escola (2002, p.28).

A autora ainda salienta que, se por um lado a capacitação desses profissionais é importante para uma melhor qualidade do ensino, afim de contribuir para o desenvolvimento daqueles que são atendidos, de outro, essa elevação em nível superior seria custosa aos cofres públicos, ficando evidente que existe uma contradição quanto a formação deste profissional, visto que, antes da década de 90, não se exigia nenhuma formação específica para trabalhar com crianças nessa faixa etária e atualmente é necessário que o professor tenha uma formação inicial sólida.

Assim, uma formação acadêmica de qualidade é essencial para que a atuação desse profissional também seja no mesmo nível, entretanto depois de efetivar a educação infantil como primeira etapa da educação básica pela LDBEN n. 9394/96, o acesso de muitos professores à formação em nível superior em primeiro momento não se concluiu devido aos resquícios do assistencialismo e também pela legislação brasileira caminhar a passos lentos. Ante a este panorama, no decorrer dos anos posteriores os profissionais que trabalham com crianças de 0 a 3 anos sem uma capacitação pedagógica adequada, poucos concluíram sua formação conforme especificada pela legislação anteriormente citada.

Em 2014, novamente a questão entra na pauta das discussões educacionais ao se sancionar o novo PNE, regulamentado pela Lei n.13.005 do mesmo ano, tendo este 10 anos de vigência (2014 - 2024) com 20 metas a serem atingidas e outras providências. Em relação a formação de professores da educação básica, O PNE estabelece que a meta de número 15 deve:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014, p.48).

Desta forma, de acordo com o plano decenal, fica assegurado que os professores (as) da educação básica, no qual inclui a etapa da pesquisa, tenham formação específica em nível superior, o mesmo possui algumas estratégias a serem seguidas para que as metas sejam alcançadas. Com vigência a mais de 2 anos de plano, o site observatório do PNE<sup>11</sup> demonstra que é grande a parcela de professores que tem sua formação em nível superior, sendo que em 2015, cerca de 76,4 % dos professores da educação básica já tinham atingido essa formação, e a expectativa é de que ao final da vigência do plano seja alcançado um total de 100 % dos professores da educação básica com o nível de instrução no ensino superior; a pesquisa em questão foi encomendada pela instituição *Todos pela Educação*<sup>12</sup>.

Quanto a qualidade da formação, importa destacar que o profissional que atua com crianças de 0 a 3 anos necessita ter uma qualificação polivalente, pois cabe ao professor trabalhar diferentes conteúdos que englobe desde os cuidados básicos até os conhecimentos pedagógicos específicos, bem como as diferentes áreas do conhecimento, conforme previsto no RCNEI.

Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (BRASIL, 1998, p.41).

Nesse sentido, a atuação desse profissional é de extrema importância dentro da unidade escolar de creche, pois os três primeiros anos de vida são essenciais para o desenvolvimento integral da criança. Visto que, nesta fase, o cérebro infantil permanece em constante crescimento, fazendo cerca de 700 conexões por segundo, razão pela qual aprendem com mais facilidade nesse período da primeiríssima infância. Nesse sentido, este é o período propício para futuras aprendizagens, denominado de o ciclo dos 0 aos 3 anos de idade, pois o cérebro nunca para de se desenvolver (ABEND; ROCHA, 2016).

Dessarte, Ferraz (2016) apud Morrone (2016, ([n.p.]<sup>13</sup>) destaca que “Pesquisas mostram que é durante os primeiros 3 anos de vida que as crianças têm maior potencial de

---

<sup>11</sup> <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Plataforma virtual que monitora os indicadores referente as 20 metas do PNE, no qual participa dessa iniciativa várias organizações de renome vinculadas à educação como: Associação Nova Escola, Capes, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal dentre outras 19 instituições vinculadas.

<sup>12</sup> Organização sem fins lucrativos, fundada em 2006, que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade.

<sup>13</sup> MORRONE, Beatriz. A especialista em primeira infância fala sobre a importância de ter educadores bem formados em creches e em escolas infantis para o desenvolvimento adequado das crianças. *Revista Época*. [s.l.].

aprendizagem”. Assim, desde que sejam realizadas atividades coerentes, a ação de um profissional que trabalhe na creche se faz necessário na intenção de permitir que os alunos possam aprender através de situações orientadas, brincadeiras dentre outras dinâmicas que auxiliem o desenvolvimento integral das crianças nos diferentes aspectos.

Como já apontado, a fase dos três primeiros anos de vida é primordial para a formação infantil, e uma educação de qualidade igualmente irá refletir diretamente na vida adulta dessas crianças, entretanto importa salientar que o papel de educar não compete somente a escola, a família também é responsável pela educação dos filhos e tem grande contribuição nessa fase da vida. Nesse seguimento, compreender que um ambiente com estímulos possibilita que a criança se desenvolva de maneira global, nos aspectos motor, emocional, intelectual e social se torna fundamental com base no trabalho desenvolvido pelo professor dentro da sala de aula através de atividades condizentes com a faixa etária e diante das limitações, pois cada criança progride no seu tempo.

Portanto, essas considerações salientadas, são necessárias para poder verificar a formação inicial desse profissional que ensina crianças de 0 a 3 anos de idade, assim, posteriormente serão elencados quais os eixos que compete a esse profissional trabalhar para uma aprendizagem significativas dessas crianças.

## **2.1 Atuação docente e as contribuições para o desenvolvimento infantil**

O profissional que trabalha diretamente com crianças na creche tem várias atribuições que contribuem para o desenvolvimento integral infantil, nesse sentido o RCNEI traz inúmeras informações sobre o que o docente pode propiciar aos seus alunos, desde as situações orientadas à interação social, até a importância de saber os conhecimentos prévios dos alunos e sua cultura familiar, como um pré-requisito para se iniciar o trabalho pedagógico. Diante disso, pretende-se abarcar as competências do docente com base nos documentos que orientam a práxis na educação infantil (BRASIL, 1998).

Nesse sentido, parte-se da concepção de que é atribuição do professor propiciar ambientes acolhedores, seguros e aprendizagem que englobe o educar e o cuidar, pois ambas são primordiais para a formação das capacidades infantis.

Assim, as situações orientadas, tem a função de corrigir os erros na construção do conhecimento, já que os pequenos podem apropriar-se de conceitos, relativos à linguagem nos

momentos de construção das brincadeiras. O professor é mediador entre a criança e objeto de conhecimento, cabendo a ele, organizar e permitir espaços e momentos de aprendizagens que as mesmas utilizem suas capacidades e seus conhecimentos prévios.

Dessa forma, as situações orientadas dependem da intervenção do professor, pois é ele que leva a criança a ampliar suas capacidades durante a apropriação de conceitos, regras, valores, permitindo que os alunos aprendam de diferentes formas. A escolha das atividades a serem desenvolvidas, não devem ser baseadas somente na proposta do docente, já que cabe ao profissional da educação infantil, valorizar a escuta da criança, por meio dos seus interesses e suas vontades e a todo tempo considerar as particularidades de cada uma.

Segundo a DCNEI, as interações e as brincadeiras são essenciais na contribuição do desenvolvimento infantil (BRASIL, 2010). Assim, o convívio social é uma estratégia que o professor deve utilizar como forma de aprendizagem, através de variadas atividades, que permita ao aluno aprender a conviver com seus pares, respeitando-os, fortalecendo sua confiança e sua autoestima.

Ainda, no que tange a interação, o RCNEI destaca que:

[...] Propiciar a interação quer dizer, portanto, considerar que as diferentes formas de sentir, expressar e comunicar a realidade pelas crianças resultam em respostas diversas que são trocadas entre elas e que garantem parte significativa de suas aprendizagens. Uma das formas de propiciar essa troca é a socialização de suas descobertas, quando o professor organiza as situações para que as crianças compartilhem seus percursos individuais na elaboração dos diferentes trabalhos realizados[...] (BRASIL, 1998, p. 31).

A brincadeira por sua vez é imprescindível para o crescimento infantil, pois, através dela a criança se comunica e faz representações sobre o mundo a sua volta, assim o brincar de faz de conta permite que a criança assuma diferentes papéis, possibilitando assim, que ele possa se colocar no lugar do próximo, aprender a coordenar suas particularidades e construir sua própria identidade.

Nessa perspectiva, ressalta-se que o ato de brincar,

[...] dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida, assumindo personagens e transformando objetos pelo uso que deles faz. [...] (OLIVEIRA, 2010, p.6).

Nesse sentido, a brincadeira é fundamental para a construção da identidade e da autonomia, aspectos esses que são retratados no volume dedicado à Formação Pessoal e Social do RCNEI, a ser discutido posteriormente. A brincadeira também é responsável pela formação

da imaginação e auxilia no aprimoramento das capacidades infantis, bem como: a atenção, a imitação, a memória. Através do faz de conta, elas recriam e imitam personagens por meio das suas observações e por meio de suas vivências (BRASIL, 1998).

Partindo da concepção de uma formação global da criança, os referenciais curriculares trazem similarmente os eixos que constituem a educação infantil, sendo estes organizados para orientar o profissional nas áreas que devem ser trabalhadas de forma a contribuir para o desenvolvimento infantil como Formação Pessoal e Conhecimento de Mundo.

A área voltada a formação pessoal explora os fundamentos que norteiam o trabalho com Identidade e Autonomia; já o conhecimento de mundo apresenta as áreas do conhecimento de forma mais abrangente e lúdica sendo: Movimento, Artes Visuais, Música, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Matemática.

Relativo ao trabalho com Identidade e Autonomia, ambos os eixos estão relacionados à construção do processo de desenvolvimento infantil, para isso é importante que esses eixos sejam trabalhados durante todo o processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Brasil (1998), a identidade e a autonomia estão intrinsecamente ligadas ao processo de socialização, pois durante a interação social, por meio de laços afetivos, a criança possa estabelecer uma com as outras, contribuindo para o reconhecimento do seu semelhante e verificar as diferenças existente.

Já os eixos a serem trabalhados no âmbito Conhecimento de Mundo, leva a criança a expressar sentimentos, emoções e pensamentos, constituindo-se em uma linguagem que a permite se expressar e se comunicar de diferentes maneiras.

Nesse sentido, no eixo Movimento a criança aprimora a motricidade e desenvolve a coordenação, através do aprender a engatinhar, andar, pular, comer sozinho, assim o docente deve propiciar espaços seguros para que a criança tenha atividades que contribuam para a desenvolvimento da mobilidade.

Assim pode-se destacar que:

[...] o professor perceba os diversos significados que pode ter a atividade motora para as crianças. Isso poderá contribuir para que ele possa ajudá-las a ter uma percepção adequada de seus recursos corporais, de suas possibilidades e limitações sempre em transformação, dando-lhes condições de se expressarem com liberdade e de aperfeiçoarem suas competências motoras (BRASIL, 1998, p. 39).

O eixo Música, contempla a presença da musicalidade em diferentes espaços e no cotidiano do bebê. A criança será capaz de manter um contato direto com o ambiente sonoro e permitir uma forma de comunicação por meio dos sons, através de atividades lúdicas, que

possibilite aprimorar a capacidade da atenção, observando sons no seu entorno, cantigas de roda dentre outras atividades. A musicalidade pode ser trabalhada integrada aos outros eixos, pois ela tem contato direto com todas as áreas do conhecimento, entretanto deve se manter as particularidades para a música.

Tal eixo contribui para o aprimoramento da coordenação motora e da atenção como BUENO (2011, p. 182) afirma:

[...] Ao trabalhar com os sons, ela desenvolve sua acuidade auditiva, ao acompanhar gestos ou dançar ela está trabalhando a coordenação motora e a atenção, ao cantar ou imitar sons, ela está descobrindo suas capacidades e estabelecendo relações com o ambiente em que vive.

A Arte, como os demais eixos da educação infantil, deve ser trabalhada com um recurso que auxilia na formação integral da criança e não deve ser realizada como mero passatempo, mas sim como mecanismo que auxilia o processo de aprendizagem, auxiliando a aquisição do conhecimento e permitindo que a criança possa expressar seus sentimentos e ideias, por intermédio de desenho, manuseio de massinha de modelar, argila, tintas, colagens, escultura e gravura. Assim, o professor deve criar espaços onde a criança possa ampliar seu conhecimento de mundo, manipulando diferentes objetos e materiais, descobrir através do manuseio e se familiarizando com as distintas expressões artísticas (BRASIL, 1998).

Relacionada a esfera da Linguagem Oral e Escrita, se organiza outro eixo, com o objetivo de possibilitar a inserção e participação nas práticas sociais comunicativas, sendo de grande importância para a construção da linguagem e do desenvolvimento do pensamento. A criança ao ouvir a contação de história de um livro mesmo que ainda não saiba ler, vai se apropriando da competência leitora e numa roda de conversa relacionada a história lida vai aos poucos aprendendo comportamentos de leitor e adquirindo o gosto pela leitura. Participar também de momentos da comunicação oral por meio de relatos das vivências, favorece a autoconfiança e as interações sociais. Assim, cabe ao professor propor atividades que auxiliem na aquisição da linguagem oral e escrita de forma lúdica e com significado, a fim de que futuramente a criança participe de forma efetiva do meio social em que vive.

Nesse contexto, afirma Brasil (1998, p. 117) que:

A educação infantil, ao promover experiências significativas de aprendizagem da língua, por meio de um trabalho com a linguagem oral e escrita, se constitui em um dos espaços de ampliação das capacidades de comunicação e expressão e de acesso ao mundo letrado pelas crianças. Essa ampliação está relacionada ao desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências linguísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever.

Natureza e Sociedade, é o eixo que explora a interação da criança com o meio, pois desde de muito cedo elas aprendem sobre o mundo a sua volta, vivenciando experiências e compartilhando conceitos e valores; assim, o docente deve oportunizar que a criança explore assuntos como meio ambiente, plantas e animais, além de questões como saúde e higiene, propiciando a curiosidade e interesse do aluno pelo assunto.

Por fim, o último eixo a ser trabalhado é a Matemática que auxilia na organização de informações e estratégias, bem como possibilita o conhecimento matemático (BRASIL, 1998). Esse eixo atende a curiosidade das próprias crianças nas questões relacionadas a números e de que forma estes estão presentes nas práticas sociais. Logo, este eixo contempla estabelecer um contato do aluno com noções matemáticas presente no dia a dia, como contagem e relações espaciais

Todos os eixos elencados são necessários para um desenvolvimento integral da criança, e ser trabalhados tanto em conjunto, como dentro das particularidades de cada área. Cabe ao docente que trabalha diretamente com crianças de 0 a 3 anos, observar o que ela já sabe e propiciar atividades que contribuam para aquisição de novos conhecimentos, propondo atividades condizentes com esta faixa etária.

Diante disso, importa destacar que dentre as diretrizes curriculares mais recentes e de grande relevância acadêmica para a educação infantil, está a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): um documento de caráter normativo que orienta os profissionais da educação sobre os conteúdos a serem trabalhados e as expectativas de aprendizagem, da educação infantil até o ensino fundamental, destacando-se que as diretrizes para o ensino médio ainda encontra-se em construção.

## **2.2 Novas diretrizes pedagógicas: Base Nacional Comum Curricular**

Lançada em 2015, a primeira versão da BNCC para consulta pública recebeu milhões de contribuições individuais e de organizações escolares de todo o país, no ano seguinte, a segunda versão passou por um processo de debates, que contaram com as participações de professores, gestores e especialistas na área da educação, sendo os resultados sistematizados e organizados por área (BRASIL,2016).

Nesse seguimento, a terceira e última versão foi apresentada em abril de 2017 pelo Ministério da Educação (MEC), porém ainda é necessária aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), para sucessivamente ser homologada pelo Ministro da Educação, cabendo

destacar que a BNCC somente será efetivada quando os três poderes federais reelaborarem seus currículos.

Posterior a etapa da homologação, os órgãos públicos terão a tarefa de implementar os currículos nas diferentes esferas do governo (distrito federal, estados e municípios), por meio das aprendizagens pré estabelecidas na BNCC, transformando o regulamento em ação. Ainda, no que tange a responsabilidade dos entes federados, uma delas é em relação a qualificação dos profissionais que já é atuante no mercado de trabalho, com o propósito de prepará-los para atenderem as novas diretrizes curriculares, bem como a formação dos estudantes da área da educação (BRASIL, 2017).

Nessa questão da formação, a BNCC tem o respaldo de documentos legais como a Constituição Federal de 1988, que traz a divisão de responsabilidades dos entes federados em regime de colaboração e a LDBEN n. 9394/96 que no seu inciso IV, artigo 9 também orienta que cabe a União

estabelecer, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996, p. 12).

Quanto a orientação curricular, a BNCC considera seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento infantil, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

De forma breve pode-se destacar que esse direitos permitem dentro de cada campo de experiência que a criança:

- Conviva e se relacione com o adulto e amplie o conhecimento de si e do outro, aprendendo a respeitar a diversidade entre os indivíduos e suas culturas;
- Brinque em diferentes espaços para possibilitar e ampliar o conhecimento das crianças e desenvolver a criatividade, as experiências emocionais, sensoriais, cognitivas e sociais e relacioná-las;
- Participe ativamente das atividades proposta pelo professor, ter poder de escolha sobre as brincadeiras, poder decidir e se posicionar;
- Explore as formas, texturas, cores, emoções histórias, ampliando seus saberes, expressar como sujeito criativo, sensível as suas necessidades por meio de emoções e sentimentos;

- Conheça-se para assim construir sua identidade pessoal, social e cultural, na construção de uma imagem positiva de si e de seus grupos (BRASIL, 2016).

Assim, esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento dentro dos eixos estruturantes (interações e brincadeiras) permitem que as crianças aprendam em situações que elas possam desempenhar seu papel ativo e vivenciar desafios, a fim de construir significados sobre si e o mundo.

Na Base Curricular, os eixos e os direitos de aprendizagem se articulam com os cinco campos de experiências a fim de explicitar as competências que as crianças precisam aprender ao longo da educação infantil. Estas se baseiam nas DCNEI de acordo com os saberes e conhecimentos voltados a formação da criança, que são: O eu, o outro e o nós; corpo gesto e movimento; traços, sons, cores e formas; oralidade e escrita; espaços, tempo, quantidade, relações e transformações.

O novo documento ainda, divide as faixas etárias da educação infantil na finalidade de organizar os objetivos que se pretendem alcançar, organizando a educação em três grupos de acordo com faixas etárias, que são divididos em crianças de 0 a 1 ano e 6 meses, 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, e crianças acima de 4 anos de idade e cada período espera-se que o aluno se desenvolva de acordo com as propostas do campo de experiências. Todavia, essa classificação etária não deve ser considerada de maneira inflexível, pois cada aprendizagem acontece de maneira individual.

Importa destacar que a finalidade desse trabalho não é descrever especificamente os eixos, direitos e campos de experiências propostos para a educação infantil, mas salientar que os mesmos vão ao encontro dos eixos do RCNEI, embora nesse documento tenham uma nova nomenclatura. Desta forma, enquanto o processo de homologação da BNCC não se conclui o RCNEI ainda é a diretriz que orienta a educação infantil quanto aos âmbitos e eixos a serem trabalhados.

Diante disso, observa-se que cada criança é única e tem suas particularidades, assim cabe ao professor promover situações de aprendizagens apropriadas com as limitações de cada indivíduo, mas possibilitando aprimorar seu desenvolvimento. Portanto, é relevante destacar que o docente deve explorar os conhecimentos prévios dos alunos e respeitar a faixa etária de cada criança.

Portanto, diante das considerações citadas, o profissional necessita fazer um planejamento prévio, bem como uma avaliação dos seus alunos, aspectos esses que são importantíssimos para o trabalho pedagógico e serão abordados no capítulo subsequente.

## CAPÍTULO 3

### DOCÊNCIA NA CRECHE: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

O planejamento escolar é um instrumento fundamental que orienta as realizações das atividades pedagógicas dentro de uma escola, o mesmo deve ocorrer desde a primeira etapa da educação básica, ou seja, da creche até o nível superior e em todas as modalidades de ensino. De acordo com o Dicio (2017)<sup>14</sup> a palavra planejamento significa: “Ação de preparar um trabalho, ou um objetivo, de forma sistemática; planificação”. Assim o planejamento se caracteriza por um conjunto de métodos e comportamentos, ou seja, a antecipação de um processo a ser desencadeado utilizando os meios disponíveis, visando atingir algumas metas, em um determinado local e tempo.

De maneira mais específica e, direcionado à área educacional o “planejamento é um momento de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto escolar” (LIBÂNEO, 1994, p. 221). Ou seja, um mecanismo que possibilita ao professor pensar, organizar sobre a prática docente, bem como propor metas e encontrar respostas.

Igualmente, para um planejamento eficiente é preciso organização e definir claramente os objetivos que desejam ser alcançados, porém em alguns momentos podem surgir obstáculos, sendo necessário partir do princípio e verificar quais foram os entraves ocorridos e certificar se os escopos foram definidos com clareza ou se eles são executáveis. Partindo desse pressuposto, o planejamento é moldável e quando notório algum impasse, deve ser revisto, analisado e reformulado, sendo então a flexibilidade, uma de suas características mais importantes.

Assim, no âmbito educacional existem alguns tipos de planejamento a serem realizados em diferentes níveis, sendo que cada categoria define e delimita o seu ambiente. O mais abrangente de todos é o planejamento educacional, depois hierarquicamente dispõe o plano escolar (plano de ação), o plano de curso (ensino) e o plano de aula.

Nessa perspectiva, o *planejamento educacional* é o mais amplo e geral “[...] correspondendo ao planejamento que é feito em nível nacional, estadual ou municipal. Incorpora e reflete as grandes políticas educacionais” (VASCONCELLOS, 2000, p.95). Assim, o documento resultante dessa prática; em linhas nacionais pode-se citar a LDBEN de 1996, pois

---

<sup>14</sup> Dicio. *Dicionário online*. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/planejamento/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

fixa as diretrizes e bases da educação nacional, o PNE<sup>15</sup>, dentre outras diferentes políticas educacionais existente.

Nesse seguimento, posteriormente tem-se o *plano escolar* que deve seguir as orientações legais do planejamento educacional e orienta com metas e procedimentos estabelecidos pela instituição de ensino, ou seja um esquema normativo que define as peculiaridades da escola. O mesmo deve seguir as linhas gerais estabelecidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) que é um documento feito coletivamente por todos os membros da unidade escolar, no qual se definem as intenções da escola a curto, médio e longo prazo, bem como a diretriz pedagógica que a unidade escolar seguirá e os projetos que serão desenvolvidos. Em linhas gerais, o PPP é baseado na formação do sujeito, no exercício da cidadania e na preparação para o mundo do trabalho (BRASIL, 1988).

O *plano de curso*, por sua vez está baseado no âmbito escolar e é a sistematização da proposta de trabalho no qual indica de maneira geral os objetivos que o docente pretende alcançar no decorrer do ano, o tempo e períodos, os conteúdos gerais a serem desenvolvidos, as expectativas de aprendizagem, a metodologia de trabalho e os instrumentos avaliativos. Delineado, o *plano de curso* é um processo contínuo e exige um comprometimento do profissional, pois há a necessidades que as aulas sejam bem planejadas para que o trabalho desenvolvido seja eficiente e de qualidade.

Nesse sentido, Poli destaca:

Fundamentado no planejamento de escola, indica a atividade dos professores junto aos seus alunos, em busca de propósitos definidos. Essa atividade deverá ser metódica, sistematizada e direcional; ou seja, uma busca de propósitos definidos. Além da atividade, o plano de curso deverá contemplar também os meios que serão usados para atingir aqueles propósitos. Em resumo, o plano de curso delinea, globalmente, toda ação a ser empreendida pelos professores (2009, p.7).

Por fim, o *plano de aula* que se refere ao planejamento das atividades realizadas diariamente pelo docente, que devem ser por meio de objetivos claros, conteúdos, metodologias significativas (mais detalhado e específico), tempo (geralmente dividido em aulas), que atendam às necessidades dos alunos. Assim, o *plano de aula* consiste na sugestão do docente para uma determinada aula ou conjuntos de aulas (VASCOCELLOS, 1995).

De maneira mais singular Turra (1975, p. 259) destaca:

---

<sup>15</sup> Plano Nacional da Educação, aprovado pela Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional da Educação e dá outras providências, com vigência de 10 anos (2014-2024).

O plano de aula é, pois, um instrumento de trabalho específica os comportamentos esperados do aluno e os meios – conteúdos, procedimentos e recursos, - que serão utilizados para sua realização, buscando sistematizar todas as atividades que se desenvolvem no período de tempo em que professor e aluno interagem, numa dinâmica de ensino-aprendizagem.

Portanto, os diferentes níveis de planos salientados, desde o planejamento educacional até o plano de aula, cada um com sua área de abrangência, corresponde em uma finalidade em particular, todos são de extrema importância para a educação. Entretanto, importa destacar que o planejamento não é apenas fator estanque, mas sim uma prática da reflexão afim de atingir metas e resultados.

A LDBEN de 1996, orienta de maneira legal sobre a questão do planejamento em diferentes artigos, mais especificamente ao plano de curso e o plano de aula estabelecendo no seu artigo 13, parágrafo V que: “Os docentes incumbir-se-ão de: ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional” (BRASIL, 1996, p.15).

A mesma legislação informa que os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação e assegurando-lhes: período reservado ao estudo, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (BRASIL, 1996). Ou seja, os docentes tem função obrigatória de participar efetivamente desse processo, bem como a disponibilidade de tempo para poder repensar sobre o ato de planejar e elaborar os planos que lhe compete no seu local de trabalho.

Diante de tais considerações em linhas gerais sobre planejamento, importa destacar sua função dentro da educação infantil, mais precisamente o planejamento direcionado a sala de aula, ou plano de aula como elencado anteriormente, no atendimento da primeira etapa da educação básica, destinada ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade

### **3.1 Planejamento na creche: algumas considerações**

O planejamento na educação infantil, é imprescindível, igualmente como nas demais etapas do ensino e faz-se necessário que o docente se utilize desse mecanismo para poder organizar e repensar a atividade educativa. No que se refere ao plano de aula, o docente deve observar os conhecimentos prévios dos alunos, pensar em quais atividades propor para cada faixa etária, verificar se os objetivos propostos foram alcançados, planejar a rotina como tempo e espaços dentre outras funções.

Diante dessas questões, importa destacar que embora a creche seja considerada a primeira etapa da educação infantil, compreendida no atendimento de crianças de 0 e 3 anos de idade, ainda carece de fundamentação legal específica a esse nível de ensino, no que diz respeito ao planejamento. Entretanto, os conteúdos citados no decorrer desse tópico elencam sobre o planejamento de maneira geral, referente tanto a creche quanto a pré-escola.

Nessa perspectiva, antes mesmo do docente pensar em uma atividade que pretende realizar, o mesmo deve utilizar como ponto de partida da prática pedagógica a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, pois cada aluno tem suas peculiaridades e especificidades e traz consigo uma bagagem advinda de diferentes experiências sociais, a partir das interações no meio em que vive. Entretanto, dentro de uma unidade como a creche, os conhecimentos prévios das crianças menores são de difícil observação pois as mesmas não fazem uso da oralidade. Assim, as mais simples manifestações e expressões infantis devem ser consideradas.

O planejamento pedagógico na Educação Infantil precisa ser discutido e articulado aos sujeitos que estão inseridos nestes ambientes coletivos de educação, assim é imprescindível trazer para a sala de aula, através dos planejamentos, as manifestações que as crianças expressam no seu dia-a-dia, a partir de seus balbucios, choros, falas, gestos, desejos, hipóteses e conhecimentos prévios, estes são de suma relevância para um trabalho que respeite as culturas infantis (AHMAD, 2011, p.3).

O planejamento envolve desde observar os conhecimentos prévios, como realizar a atividades específicas para cada faixa etária, pois é a oportunidade que o docente tem de dar ao conteúdo um tratamento didático adequado, quanto ao nível e idade de sua turma, propondo assim, situações de aprendizagem que ampliem o desenvolvimento motor, emocional, intelectual e social das crianças. Do mesmo modo, as atividades não podem ser descontextualizadas e sem sequência, mas sim contínuas, acompanhadas pelo professor através do diagnóstico da turma e através da verificação dos avanços e dificuldades que os alunos possuem.

Resultante da prática pedagógica, o docente deve organizar o tempo didático, ou seja, a rotina que envolve questões como os cuidados quanto a troca de uma fralda, a hora do banho e do sono, a alimentação e a aprendizagem, pois nessa idade entre 0 e 3 anos necessitam de uma rotina adequada, sendo necessário um planejamento que organize as diferentes necessidades das crianças.

Nesse sentido, há algumas orientações didáticas elencadas no RCNEI que indicam tipos de atividades em sala que podem ser desenvolvidas de diferentes maneiras: atividades permanentes, sequência didática ou projetos.

Destacar os diferentes tipos de atividades<sup>16</sup> a serem desenvolvidas dentro da creche orienta o trabalho pedagógico desenvolvido, assim a atividade permanente se caracteriza por ser realizada com frequência, ou seja, diariamente ou semanalmente atendendo as prioridades elencadas no planejamento como: brincadeiras, rodas de conversar, rodas de leituras, desenhos, pinturas entre outros. Por sua vez, as sequências didáticas são orientadas com a finalidade de contribuir para uma aprendizagem específica.

[...]São sequenciadas com intenção de oferecer desafios com graus diferentes de complexidade para que as crianças possam ir paulatinamente resolvendo problemas a partir de diferentes proposições. Estas sequências derivam de um conteúdo retirado de um dos eixos a serem trabalhados e estão necessariamente dentro de um contexto específico[...] (BRASIL, 1998, p.56).

Por fim, outro tipo de atividade é o projeto, organizado num conjunto de atividades com um determinado período de duração que varia conforme o objetivo e a finalidade destinada a resolver um problema, cujo resultado culminará na elaboração de um produto final. Entretanto, por ser um projeto realizado em diferentes níveis e etapas, no decorrer de alguns dias podem surgir imprevisto, sendo necessário alteração quando preciso.

Importa destacar, que as modalidades organizativas acima citadas, devem ser propostas de acordo com a idade de cada turma, pois não se pode sugerir o mesmo plano de aula para todas as salas, pois uma criança de 3 anos tem expectativas de aprendizagens diferentes de uma criança de 1 e 2 anos, assim em cada ano de vida requer um conhecimento significativo para que assim o desenvolvimento ocorra integralmente.

A organização dos espaços e dos materiais também seguem os mesmos parâmetros em relação a organização da rotina, isso significa que para mais diferentes formas de aprendizagens, o professor precisa pensar e planejar esses fatores. Os espaços precisam ser seguros e acolhedores, propondo atividade nos mais diversos lugares como: a área externa da escola, a praça, a sala de aula ou mesmo um passeio ao ar livre que possibilite que as crianças possam criar suas próprias brincadeiras e potencializar suas capacidades infantis. O mesmo acontece com a questão dos materiais, devem ser adequados à faixa etária e condizentes com o que as crianças precisam desenvolver.

Diante disso, o professor deve elaborar seu plano de aula pensando em que tipo de atividade pretende executar, se será feita uma atividade permanente, uma sequência didática ou um projeto, e pensar na melhor maneira de concretizar dentro de sala de aula. Portanto, o

---

<sup>16</sup> Também chamadas de Modalidades Organizativas Do Trabalho Pedagógico.

planejamento, vem como alicerce dessa prática pedagógica, ou seja, possibilita que o docente encontre soluções para conseguir avanços no desenvolvimento das crianças.

Diante de todas essas considerações elencadas, o docente não pode pensar em uma atividade no caso, em meio ao imprevisto, isso reforça que a ação do planejamento é fundamental e deve acontecer mediante reflexão e análise prévia fornecendo segurança para o professor, permitindo que o trabalho pedagógico seja eficaz.

Assim, Schimtt informa que o planejamento não deve ser uma imposição da escola, mas sim corresponder a uma finalidade.

O objetivo principal do planejamento é possibilitar um trabalho mais significativo e transformador na sala de aula, na escola e na sociedade. O plano escrito é o produto destes processos de reflexão e decisão. Não deve ser feito por uma exigência burocrática, mas, ao contrário, deve corresponder a um projeto compromisso do professor, tendo, pois, suas marcas (SCHIMTT, 2006, p. 2).

Portanto, a execução do planejamento, mais precisamente voltado para a sala de aula é uma forma que o docente efetive o processo de ensino aprendizagem, porém ele necessita ter uma bagagem teórica afim de compreender como ser realizado o trabalho pedagógico. Assim o planejamento orienta o docente sobre como direcionar sua ação projetando no futuro quais objetivos e resultados que pretendem ser alcançados, retornando ao princípio e fazendo as modificações quando necessário.

Diante de tais considerações, a prática dentro de sala de aula, não se resume apenas a execução do planejamento e implementar as ações, contribuindo para formação do desenvolvimento infantil. A avaliação fundamenta em um aspecto importante para a prática pedagógica e complementa a função do docente, assim essas observações serão esclarecidas a posteriori na finalidade de contribuir para finalização desse trabalho acadêmico.

### **3.2 Instrumentos avaliativos: algumas observações**

A avaliação educacional assim como o planejamento é outro procedimento que auxilia no trabalho pedagógico do professor, e consiste em um mecanismo, cuja finalidade é obter informações sobre os avanços e as dificuldades dos alunos, ou seja, mensurar o que cada aluno já sabe sobre determinado conteúdo ou mesmo, o que ele aprendeu por meio das aulas. Esse recurso orienta a prática docente a planejar suas ações, na intenção de verificar se os alunos conseguiram alcançar os objetivos propostos, e repensar o que pode ser ensinado aos alunos contribuindo para o ensino-aprendizagem.

A avaliação, entretanto, não se restringe somente na avaliação do aluno, mas sim estabelece uma maneira de avaliar tanto o educando, quanto o docente e também todo o sistema educacional, conforme destaca Sant'Anna:

Concluimos: avaliação é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático (1995, p.31-32).

Importa destacar que, a terminologia avaliação escolar, é utilizada com a mesma definição de avaliação de aprendizagem, porém esse significado é errôneo, pois a avaliação da aprendizagem ou educacional é umas das interfaces da avaliação escolar, sendo que, a primeira está direcionada ao indivíduo e a segunda refere ao coletivo (MENEZES, 2001).

Nesse sentido, a temática da avaliação direcionada ao aluno e ao professor contemplam diferentes tipos que auxiliam o trabalho pedagógico. As diversas fases da avaliação variam entre:

- Avaliação Diagnóstica, que ocorre na abertura ano letivo ou no começo de cada ciclo, com o objetivo de levantar os conhecimentos prévios dos alunos, ou seja, os conhecimentos já adquiridos, para assim poder traçar o plano de curso que será detalhado através do plano de aula.
- Avaliação formativa, que ocorre ao longo do ano letivo, como meio de acompanhar o desenvolvimento do aluno e informar ao docente sobre os resultados do ensino aprendizagem, que por sua vez, não é específica apenas para avaliar o aluno, mas é também voltada para a autoavaliação do professor, pois através dela, ele pode fazer uma análise e verificar a sua didática, se sua metodologia está sendo significativa e fazer mudanças quando necessárias.
- Avaliação somativa, também nomeada como avaliação classificatória é um recurso utilizado como uma forma de o professor atribuir nota ou classificar o aluno. Esse instrumento infelizmente apenas incumbe classificar o estudante por meio do seu rendimento.

Segundo Hoffmann (2000, p.22) “a avaliação classificatória se resume à decisão de enunciar dados que comprovem a promoção ou retenção dos alunos”.

De maneira geral, o aspecto da avaliação da aprendizagem foi elencado de maneira sucinta, afim de compreender sobre sua finalidade e diferentes tipologia, entretanto direcionado a avaliação nos níveis da educação infantil de maneira geral, assim, importa analisar essas informações no próximo tópico.

### 3.2.1 Avaliação na educação infantil

A avaliação na educação infantil acontece como nos demais níveis de ensino, porém possui um diferencial em relação as outras etapas de ensino, a avaliação nessa fase, ocorre como forma de acompanhar o trabalho pedagógico do professor e certificar os avanços, os retrocessos que aconteceram no desenvolvimento da criança. Entretanto, esse mecanismo não tem a função de seleção, promoção ou classificação, mas sim, uma maneira de registrar e acompanhar o que cada aluno consegue alcançar no ensino aprendizagem.

Conforme esclarece, a LDBEN n. 9394/96, artigo 31, parágrafo I, a avaliação na educação infantil “[...] será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996, p. 22).

Ainda, reafirmando as informações legais citadas na referida lei, as DCNEIs destacam que as unidades de educação infantil devem criar estratégias para acompanhar o trabalho pedagógico, por meio de observação crítica e criativa no cotidiano infantil. Para avaliar, o docente pode utilizar diferentes ferramentas como: registros, através de relatório, fotografias, desenhos, álbuns, questionário entre outros recursos. O mesmo documento informa que as instituições escolares devem criar uma documentação específica que permita aos familiares conhecer o trabalho e o processo de desenvolvimento e aprendizagem infantil (BRASIL, 2010).

Assim, o docente verifica por meio da avaliação do aluno, o que cada criança aprendeu em um determinado período de tempo, se o infante conseguiu realizar uma atividade que antes não conseguia, como andar, comer sozinho, teve maior autonomia em realizar determinada atividade entre outros aspectos.

Tal orientação se faz necessária, visto que o desenvolvimento infantil ocorre de maneira gradual e contínua, por meio de erros e acertos através da interação com o meio e das novas descobertas. Assim, cabe ao professor tarefa primordial nesse processo de aprendizagem, pois através das informações coletadas o profissional pode acompanhar o desenvolvimento infantil nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social e verificar as conquistas e dificuldades de cada criança.

Nesse sentido, a avaliação na educação infantil é entendida como um conjunto de ações que sustenta a atuação docente a fazer a reflexão da aprendizagem do aluno, bem como uma autoavaliação de sua profissão, pois a mesma confirma se a metodologia e a didática estão sendo satisfatórias, devendo esta, segundo o RCNEI, ser

[...] entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo (BRASIL, 1998, p. 59).

Ante a declaração, nota-se que a observação, é uma maneira do docente avaliar seus alunos na educação infantil, por meio dessa ferramenta, o docente acompanha o desenvolvimento da criança e identifica se o aluno atingiu os objetivos da proposta pedagógica ou se teve alguma dificuldade em realizar uma atividade. Assim o professor, pode criar diferentes oportunidades através de brincadeiras, pinturas, roda de conversa afim de atingir o objetivo proposto e desenvolver novos aprendizados.

O registro é outro instrumento muito importante que complementa a observação, pois o docente deve anotar o desenvolvimento integral do aluno e da turma nos aspectos preconizados nas diretrizes educacionais, a fim de redirecionar seu trabalho e contribuir para que os alunos ampliem seus conhecimentos, pois os mesmos servem de subsídios para o professor repensar a sua prática pedagógica, assim,

É necessário que o professor registre as observações realizadas durante todo o processo, para ter condições de ir redirecionado seu trabalho no sentido de ajudar os alunos a construir novos conhecimentos. Os registros de cada dia servirão de subsídios para o professor planejar o dia seguinte (MELCHIOR, 1999, p. 76).

Nessa mesma perspectiva, Ostetto (2002, p. 20) informa que:

[...] Quanto ao diário do professor, no âmbito da prática pedagógica do educador, constitui-se em lugar de reflexões sistemáticas; constantes; um espaço onde o professor conversa consigo mesmo; avalia atividades realizadas; documenta o percurso de sua classe.

Portanto, o registro é uma ferramenta primordial na avaliação da educação infantil e consiste, juntamente com a observação, num alicerce do processo avaliativo diagnóstico e formativo, ambos têm sua função e orienta o trabalho do educador.

Por fim, outra ferramenta que auxilia na avaliação nesta etapa de ensino é o portfólio, ou seja, um conjunto de atividades feitas pelas crianças, no decorrer do ano letivo. O mesmo deve ser organizado e planejados com atividades realizadas, porém esse instrumento não deve ser visto como um documento com as tarefas dos alunos para poder mostrar aos pais ou simplesmente um amontoado de atividades, mas sim uma ferramenta que contribui para a

formação integral da criança, cujos registros mostram o processo de desenvolvimento individual de cada aluno seus avanços e dificuldades.

De acordo com Frison (2008, p. 224)

Cada portfólio é único e pessoal. Algumas crianças conseguem registrar e completar todo trabalho planejado, pois estão sempre presentes em aula, retomando várias vezes cada uma das atividades vividas, fazendo e refazendo suas análises. Alguns portfólios, no entanto, ficam incompletos, pois há alunos que frequentemente faltam às aulas, o que dificulta muito seu acompanhamento.

Nesse sentido, interessa salientar que as informações elencadas nesse tópico são direcionadas a avaliação na educação infantil de maneira geral, contemplando assim a avaliação que deve ser realizada na creche. Entretanto, frisar alguns aspectos próprio dessa etapa de ensino, destinada ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade, se faz necessário.

### **3.3.2 Avaliação na primeiríssima infância: um olhar peculiar**

O processo de avaliação dos alunos em creche e pré-escola de maneira global se constitui o mesmo, de acordo com as orientações legais estabelecidas. Porém avaliar crianças com idade entre 0 e 3 anos se diferencia de avaliar crianças maiores de 4 e 5 anos de idade, uma vez que, nessa etapa de ensino o docente precisa ter um olhar peculiar para o desenvolvimento infantil, para poder assim avaliar o aluno de maneira correta. Todavia importa salientar que essa etapa de ensino compreendida do nascimento até os 3 anos de vida, carece de fundamentação teórica e legal específica.

Nesse sentido, elencar algumas pequenas considerações sobre avaliação, direcionado a creche se torna importante. Os RCNEIs trazem ao longo do seu material orientações didáticas em relação a essa temática, nos diferentes eixos a serem contemplado, assim descrever sobre a avaliação nessa etapa de ensino, nos eixos norteadores da educação, complementa a ação docente.

- No que diz respeito a motricidade, a avaliação deve ser contínua e levar em consideração as vivências infantis, assim nessa fase da vida pretende-se avaliar se a criança utiliza de gestos e ritmos corporais diversos para poder se expressar, se consegue se deslocar de um espaço com ou sem ajuda de um adulto;
- No âmbito da musicalidade devem avaliar se as crianças têm atenção para ouvir, capacidade de se expressar musicalmente por meio da voz, do corpo e utiliza diferentes materiais sonoros;

- Em Artes Visuais devem ser avaliadas por meio da exploração de diferentes materiais e a possibilidade de expressar-se por meio dele;
- A Linguagem Oral e Escrita, se a criança se expressa oralmente e se explora materiais escritos. Também devem ser avaliadas através de situações que possam conversar e interagir verbalmente, ouvir histórias contadas e lidas pelo professor;
- No que se refere a Natureza e Sociedade verificar se as crianças exploram o ambiente e se manipulam objetos.
- A aprendizagem Matemática realizada pelas crianças de 0 a 3 anos tem a finalidade de avaliar verificando se os pequenos mantem contato com os números e a exploração do espaço, em momentos de contagem oral, referências espaciais e temporais e dar condições que as crianças engatinhem, arrastem-se, pulem etc., de forma a percorrer o máximo seus espaços (BRASIL, 1998).

Outros momentos que o docente pode fazer sua avaliação, são em horário da alimentação, se a criança tem autonomia para pode comer sozinha, na hora da sono, se a criança tem dificuldade para dormir. Esse olhar peculiar deve acontecer na observação das mais simples manifestações infantis: choro, gestos, balbucios, sobre como está o processo de desenvolvimento da criança, através dos pequenos avanços, das dificuldades. O educador também tem a função de diagnosticar algum comportamento que necessita de avaliação de outra área profissional, comunicar ao gestor e a família e encaminhar para o diagnóstico quando necessário.

Assim, a função do docente é de extrema importância para contribuição do desenvolvimento infantil, pois com sua bagagem teórica poderá propiciar diferentes atividades com base no RCNEI contribuindo para formação do aluno de maneira integral e por sua vez, a atuação do profissional requer um planejamento reflexivo, detalhado e objetivo, além de uma avaliação, fatores esses elencados no decorrer desse terceiro capítulo.

Portanto, atualmente a primeiríssima infância tornou-se objeto de atenção por parte do poder público e dos educadores, pois conforme já fundamentado ao longo deste estudo, investir nesta faixa etária é investir na sociedade que se preocupa com o futuro do país, assim como é de suma importância a estimulação das crianças, visto que essa faixa etária, o cérebro está em constante desenvolvimento e se torna um ambiente propicio para futuras aprendizagens. Assim a atuação do professor na creche torna-se fundamental para contribuir para aprimorar as capacidades infantis, porém o docente precisa ter uma formação inicial sólida exigida por lei, já os sistemas de ensino têm a responsabilidade de ofertar uma formação continuada que atenda

a capacitação desses educadores, contribuindo para uma aprendizagem de qualidade na primeira infância.

A partir dessa compreensão pode-se afirmar que uma educação de qualidade na primeiríssima infância é possível, desde que os responsáveis pelo processo educacional; os órgãos públicos, família e sociedade, juntamente com a ação da escola contribuam de maneira efetiva para essa concretização.

## CONCLUSÃO

A educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, está na pauta das discussões educacionais desde o final do século XX, sendo atualmente direcionados os estudos e formações a nível estadual e municipal para a primeiríssima infância, período este, importantíssimo no desenvolvimento integral da criança. A creche, objeto de estudo desta pesquisa, é a etapa de ensino de extrema importância, pois nessa fase da vida, a criança aprende com mais facilidade, e propor aprendizagens que contribua para o seu crescimento é necessário, pois tudo que a criança aprende nesse período, são aspectos que influenciarão diretamente a vida adulta do indivíduo.

A formação da criança até os três anos de idade nem sempre foi uma preocupação do poder público e da sociedade, visto que, a creche era destinada ao atendimento somente do cuidar, onde os pais deixavam seus filhos enquanto trabalhavam. A percepção de que o infante necessita de cuidados e formação escolar, é recente e já instituída na creche através dos instrumentos legais e diretrizes educacionais, entretanto, essa etapa de ensino ainda tem resquícios do assistencialismo do passado, porém nota-se que aos poucos a ideia de que o educar está mais sólida com o decorrer do tempo e tem mostrado que a atuação do docente contribui de forma significativa para a formação da criança nos seus primeiros anos de vida.

Ante a amplitude dessa temática e tendo por objetivo trazer a luz essas questões, realizou-se um estudo sobre a formação inicial do professor, no qual passou por algumas mudanças desde o seu surgimento, pois, antigamente não existia nenhuma capacitação exigida por lei para se trabalhar diretamente na creche. A promulgação da LDBEN de 1996, trouxe novas diretrizes para essa temática, assim, percebe-se como bem salientado no decorrer de todo esse trabalho acadêmico que a atuação do docente se faz necessária devido a seus fundamentos acadêmicos adquiridos na sua formação. Nesse sentido, o educador tem subsídios teóricos sobre toda a fase do desenvolvimento infantil, bem como quais atividades que devem ser proporcionadas para que sejam ampliadas as capacidades infantis dos alunos em idade de creche.

Diante disso, complementando a finalização desse trabalho, redigiu-se sobre a análise do planejamento e sua função dentro da educação infantil com enfoque ao plano de curso e de aula, sendo que por meio dessa ferramenta didática, o docente verifica quais são os objetivos que pretendem alcançar, se os resultados foram atingidos, as questões voltadas a organização da rotina e dos espaços, igualmente como a observação dos conhecimentos prévios dos alunos e os diferentes tipos de modalidades organizativas.

Nessa mesma perspectiva, salientou-se o conceito de avaliação de maneira geral, igualmente as formas de avaliar, baseado em fundamentação legal e os diferentes tipos de avaliação existente: observação, registro e o portfólio, nessa etapa de ensino. De maneira mais peculiar, algumas considerações elencadas sobre o planejamento direcionado a creche, com informações sobre a avaliação de crianças de 0 a 3 anos, de acordo com a documentação no RCNEIs.

Nesse sentido, o trabalho em questão atendeu aos anseios da pesquisadora, por se tratar de uma temática nova e de pouca discussão no mundo acadêmico e desfazer um conceito baseado no senso comum e de cunho totalmente assistencialista de que a creche é apenas um local de cuidar. O trabalho atendeu aos objetivos propostos, de descrever sobre os aspectos históricos e educacionais, bem como discutir a formação inicial e atuação do professor e a análise do planejamento e da avaliação na educação infantil. Nesse seguimento complementou o foco desse trabalho acadêmico de elucidar o papel do professor na formação da criança na faixa etária de 0 a 3 anos.

Em virtude da amplitude do tema, a pesquisa encontrou naturais limitações, sobretudo no que tange sobre fundamentação teórica e legal acerca do planejamento e a avaliação especificamente direcionado a creche, pois o material disponibilizado ressalta-se sobre a educação infantil de maneira geral, todavia isso se complementa, pois, a creche é a primeira etapa da educação básica. Em um futuro desdobramento, porém, a partir de um novo recorte temático pode-se proceder a uma pesquisa de maior extensão com uma nova vertente de apoio legal e teórica ainda bastante restrito para o exercício da profissão na faixa etária.

Assim, a conclusão desse trabalho tem grande relevância social pois permitiu um amplo entendimento sobre a creche e sua real finalidade, desfazendo um conceito equivocado que ainda atualmente se perpetua. Propor uma aprendizagem significativa e que amplie as capacidades de desenvolvimento infantil são suporte para pensar nos futuros cidadãos que se espera viver em sociedade.

A partir dessa conclusão, portanto, a pesquisa demonstrou que o trabalho também tem grande pertinência acadêmica pois permitirá colaborar na formação de futuros educadores que pretendam trabalhar como professores no atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade, em creche. Além de auxiliar aos docentes já em exercício da profissão, na compreensão e nas melhorias que o mesmo pode fazer para esse crescimento infantil adequado.

## REFERÊNCIAS

ABEND, Célia; ROCHA; Bianca. *Educação infantil: um aprendizado para a vida inteira*. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.fmcsv.org.br/pt-br/noticias-e-eventos/Paginas/Educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-um-aprendizado-para-a-vida-inteira.aspx>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

AHMAD, Laila Azize Souto; WERLE, Kelly. *Planejamento na Educação Infantil: Uma construção mediada pela coordenação pedagógica no núcleo de Educação Infantil IPE Amarelo*. Curitiba: PUC, 2011. 12p.

ANDRADE, Lucimary Barnabé Pedrosa de. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais. In: \_\_\_\_\_. *Educação Infantil: Na trilha do direito*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 1- 43. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação, 2016. Acesso em <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: 03 mai. 2017. p. 7-52

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação - Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. *Estabelece o Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC/SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: v. 1-3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: DF, 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. Brasília: DF, 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

BUENO, Roberto. *Pedagogia da Música*-Volume 1. Jundiaí, Keyboard, 2011. p.182.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: *Educação Infantil: a creche, um bom começo*. Em Aberto / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: 2001. p.11-28.

FRISON, Lourdes Maria. *Portfólio na Educação Infantil*. Porto Alegre. 2008 p.224.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. 18.ed Porto Alegre: Mediação, 2000. p.22.

KUHLMANN JR, Móyses. *História da educação infantil brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000. p.1-15. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994. p.221.

MELCHIOR, Maria Celina. *Avaliação pedagógica: função e necessidade*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999, p.76.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbetes avaliação escolar. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/avaliacao-escolar/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de, et al. *Creches: crianças, faz-de-conta e cia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. p. 17-23.

\_\_\_\_\_. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002. 251p.

\_\_\_\_\_. O currículo na Educação Infantil: O que propõem as novas diretrizes nacionais? Anais do I Seminário Nacional: *Currículo em movimento*. Belo Horizonte: 2010. p.1-14 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7153-2-1-curriculo-educacao-infantil-zilma-moraes/file>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. *Educação Infantil em Florianópolis*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. p. 20.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista HISTEDBR* On-line, Campinas, 2009. p.80. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT14092013163751.pdf>. Acesso em 10 jan. 2017. 18p.

POLI, Chico. Elaborando o Pedagógico da Escola. *Revista do Projeto Pedagógico*. São Paulo: Diretor UDEMO, 2009. p.7.

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 31-32.

SCHMITT, Adriana. *Registro de Planejamento na Educação*. Santa Catarina: Ed.FURB, 2006. p.2.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; FILHO, Escrivão Filho. *Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais*. Fortaleza: 2006. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006\\_tr540368\\_017.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_017.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2016. 9p.

TURRA, Clódia Maria Godoy, et al. *Planejamento e ensino e avaliação*. Porto Alegre: Sagra S. A. Editora e Distribuidora, 1975. Ed. 10. 306p.

UNESCO. *Plano Nacional de Educação*. Senado Federal. Brasília: 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017. p.7-45

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. 7ª ed.- São Paulo: Libertad, 2000. p.95.

\_\_\_\_\_. *Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo*. São Paulo: Libertad, 1995. 168p.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069/90, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília: 1990.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Flúvia. *Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. 6.ed. Brasília: MEC/SEB, 2009. 44.

CAMPOS, Maria Malta; PATTO, Maria Helena Souza; MUCCI, Cristina. A creche a pré-escola. *Mesa Redonda realizada na primeira conferência de educação*. Caderno de Pesquisa. São Paulo: PUC, 1981. p.1-8

CAMPOS, Maria Malta. *Educar Crianças pequenas em busca de um novo perfil do professor*. Revista Retratos da Escola. Brasília: 2008. p.1-11 Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FISCHER, Marilise. *A concepção das professoras de crianças de 0 a 3 anos sobre os saberes necessários para serem boa professora de creche*. 2007. 59p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Vale do Itajaí. UNIVALI. Santa Catarina: 2007. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Marilisi%20Fischer.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação: mitos e desafio: uma perspectiva construtiva*. Porto Alegre: Mediação, 1991. p.83-108.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1998. 180p.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória*. Seminário Regional da SBEC/ Sudeste. USP. São Paulo: 1988. 10p.

\_\_\_\_\_. A brincadeira e o desenvolvimento infantil: Implicações para a Educação em creche e pré-escola. Projeto de pesquisa financiado pela FAPESQ e CNPq desenvolvido do Centro de Investigação sobre o Desenvolvimento e Educação Infantil - CINDEDI. 1996. 10p. Disponível

em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/viewFile/5663/20454>>. Acesso em: 18. Mar. 2017

\_\_\_\_\_. *Base Nacional Comum e a avaliação nacional da educação infantil: Desafio para formação docente*. 41p. Disponível em: <[http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/10/mesa02\\_zilma\\_usp1.pdf](http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/10/mesa02_zilma_usp1.pdf)>. Acesso em: 04 ago. 2017

SILVA, Márcia Cavalcante da. *Primeira infância: a importância da afetividade na construção da autonomia em crianças nos centros de educação infantil*. 2015. 62p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Camilo Castelo Branco, Descalvado, 2015.